



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA

## TRABALHO DOCENTE NO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO E DOS DOCENTES NO COLÉGIO MUNICIPAL EDVALDO BOAVENTURA NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/BA

Antônio Domingos Moreira <sup>1</sup>

Arlete Ramos dos Santos <sup>2</sup>

Maria das Graças Santos Ribeiro <sup>3</sup>

Cremeilda Moreira Santos <sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo foi fruto de uma pesquisa realizada com a gestão e os docentes do Colégio Municipal Edvaldo Boa Ventura - CMEB, que está situado na zona rural há aproximadamente 22 quilômetros da sede do município de Riacho de Santana, que fica localizado na Identidade do Território do Velho Chico na Bahia. O método adotado se deu através de questionário e também através de referenciais teóricos que dialogam com a temática. Os autores que discutem a gestão e trabalho docente no campo, destacamos para dar sustentação teórica as reflexões: Caldart (2012), Fernandes e Molina (2004), e Arroyo (2012). Às análises foram desenvolvidas a partir de Bardin (1977), é importante compreender o papel do gestor e as formas pedagógicas do trabalho docente nas escolas do campo.

**Palavras-chave:** Trabalho docente no campo; Condições precárias; Desvalorização profissional.

### Introdução

Este artigo teve como propósito analisar a seguinte temática: o “Trabalho Docente no Campo: Desafios e perspectivas da gestão e dos docentes no colégio municipal Edvaldo Boaventura no município de riacho de Santana/BA”, o qual faz parte do Território de Identidade do Velho Chico. Nessa vertente, entendemos que nas últimas duas décadas foi possível presenciar uma crescente participação dos sujeitos do campo no cenário político e cultural do país. Presença essa marcada pela forte iniciativa dos movimentos

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GEPED/UESB).

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.<sup>a</sup> adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GEPED/UESB).

<sup>4</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GEPED/UESB).



**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA**

sociais em mostrar que o campo está vivo, exigindo respeito às suas diferenças e demonstrando a necessidade e importância da valorização de seu papel na sociedade, mesmo sem ter claro em que processos formadores os mesmos constroem seus saberes e conhecimentos, seus valores, cultura e identidade.

Por esse motivo, os desafios e as perspectivas na formação docente para a educação do campo, foram chamados a compor o quadro de análise dessa problemática, pois muito se fala em mudanças, aprendizagem de conteúdos relacionados com a realidade do educando, no entanto, ainda perdura uma educação elitista voltada aos interesses dominantes, que, muitas vezes, apropria-se de um discurso transformador para atingir os objetivos do jogo hegemônico do poder.

Entender a atuação da Educação do Campo, significa ouvir e entender a cultura, a dinâmica social e educativa dos diferentes grupos que formam o povo camponês. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011), ela desafia-nos a construir condições educacionais que possam garantir o desenvolvimento de um modo de vida em que a família, a terra, o alimento, a comunidade, a escola, o movimento e o trabalho estejam acima de qualquer mercadoria. Nesse contexto, o papel da escola é fundamental e, em decorrência, o protagonismo dos professores que fazem parte do processo educativo.

Os pressupostos de discutir e difundir a Educação do Campo vem sendo debatida com os movimentos sociais, em especial do Movimento Sem Terra (MST). De acordo com Ghedin (2012), o MST, desde 1984, vem se preocupando em como e o que fazer com as crianças assentadas para garantir-lhes uma educação adequada à realidade nos assentamentos, uma inquietude que traz no bojo a crítica à educação centrada em si mesma ou em algo abstrato, demarcando uma luta para que o debate pedagógico se coloque diante da realidade, de relações sociais concretas de vida acontecendo em sua necessária complexidade. A partir dessas indagações, surgiram as primeiras discussões a respeito da Educação do Campo, desencadeando um movimento que foi aos poucos aglutinando e ampliando organizações, movimentos e instituições vinculadas aos trabalhadores do campo. Nesse sentido, Caldart (2012, p. 259) afirma que:



**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA**

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local [...].

Nesse sentido, é importante resgatar a afirmação de Caldart (2008): a “materialidade de origem” da Educação do Campo são as lutas sociais, pois essa nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional comprometida com os interesses dos trabalhadores do campo. E essa “materialidade de origem”, acreditamos, constitui-se em princípio para se pensar a escola, cuja função não é resolver problemas ou instruir e modernizar, mas oportunizar uma educação vinculada às relações sociais concretas de produção da vida do povo camponês, na tensa fronteira do instituído e das transformações.

### **Procedimentos metodológicos da pesquisa**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos como método o questionário com duas professoras, o diretor e a coordenadora pedagógica do Colégio Municipal Edvaldo Boaventura – CMEB, para compreender melhor a realidade dessa unidade escolar que se encontra numa zona rural há aproximadamente, 22 quilômetros da cidade de Riacho de Santana, Bahia. Além do questionário, utilizamos a pesquisa bibliográfica que possibilitou o aprofundamento teórico sobre a temática trabalhada. O aporte teórico foi construído por meio de um trabalho que abrange seleção de obras, leituras críticas e reflexivas, resenhas e análises.

Para compor nosso aporte teórico, consagrados autores foram colocados no debate, dentre os quais estão: (MOLINA; FERNANDES, 2004), Caldart (2012), (CALAZANS; CASTRO; SILVA, 1981), Arroyo (2012), (PAIVA, 1987), entre outros.



**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA**

Para Deslandes (2009), afirma que a pesquisa bibliográfica é marcada pela disciplina, pela criticidade e pela amplitude e tais características a efetivam como um procedimento metodológico de alto valor científico:

[...] disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática- um critério claro de escolha dos textos e autores. [...] Crítica porque precisamos estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido. [...] Ampla porque deve dar conta do “estado” atual do conhecimento sobre o problema - espera-se que o pesquisador saiba dizer o que é consenso sobre o assunto em debate e o que é polêmico (DESLANDES, 2009, p. 36, grifos do autor).

Entende-se, dessa maneira que ao fazer uma pesquisa bibliográfica, estamos realizando também um trabalho de investigação, que se inicia no momento de selecionar obras e autores, pois é preciso trazer para o debate os teóricos e as obras que apesar de divergirem, caminhem na mesma linha de pensamento. Assim, entende que às análises dos dados, foram feitas por meio das técnicas da análise do conteúdo, enfatizando que essa análise “[...] não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (BARDIN, 1977, p. 41).

### **Educação do campo: algumas considerações históricas**

Para fazer uma discussão mais complexa sobre educação do campo, faz-se necessário apresentarmos alguns elementos do percurso histórico que expressam a histórica ausência de políticas públicas para os grupos mais populares da sociedade, dentre os quais destacamos os camponeses. Não iremos, contudo fazer um levantamento histórico profundo, mas destacaremos apenas pontos importantes para o entendimento das questões apresentadas.

Segundo análises construídas por Calazans, Castro e Silva (1981), a educação rural aparece tardiamente nos documentos oficiais. Tais estudiosos ressaltam que somente a partir de 1930 é que aparecem algumas discussões e ressaltam que está “não é uma etapa a ser superada (concepção linear da evolução), mas é fruto de relações sociais



específicas. Sem uma modificação dessas relações o “atraso rural” não poderá ser superado” (CALAZANS; CASTRO; SILVA, 1981, p. 164).

O que impulsionou essas relações de lutas pelo espaço e de políticas no campo, foi por meio das mesmas, que se permeiam visões discriminatórias e impositivas de valorização de um grupo e negação de outro. As relações que se configuram nessa dinâmica, são resultantes de uma visão eurocêntrica que considerava o espaço rural como uma área de atraso e, por assim ser, não precisava de escolas e se precisasse qualquer tipo de escola servia às pessoas que lá viviam. Por essa concepção, a educação escolar implantada no campo, além de tardia ainda apresentou um grave problema: seguia os moldes da escola das áreas urbanas, não considerando as diferenças entre campo e cidade.

No ano de 1960, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 4.024/61, mas a educação rural não tem nenhum destaque e a estruturação das escolas rurais fica delegada aos municípios. Nesse período, a educação popular se efetiva como uma proposta de educação das classes populares, sendo Paulo Freire a principal referência.

Tendo Paulo Freire como agente na realização e disseminação das experiências fecundas da Educação Popular nesse período, o trabalho com as classes populares do campo e da cidade promoveu uma ação cultural para o fomento da politização, valorizando a identidade, os saberes do povo e caminhando para a reflexão sobre as condições de existência e as motivações que levam a tal realidade (BATISTA; CORREIA, 2010, p.157).

Entretanto, o Movimento de Educação de Base-MEB, criado em 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, visava uma formação crítica voltada para áreas rurais e também para setores periféricos das áreas urbanas. Além de trabalhar com foco na alfabetização, o MEB atuava com questões ligadas à política, economia, cultura, saúde e de tal forma “[...] definia-se o MEB como um movimento engajado com o povo nesse trabalho de mudança social” (PAIVA, 1987, p.241).

Entende-se dessa maneira, que o principal objetivo do MST foi pela luta da reforma agrária e pelos direitos sociais dos homens, mulheres, jovens e crianças do campo, dentre tais direitos destaca-se à educação. Assim, a luta pela terra não se dá de forma isolada, mas vincula-se a um projeto social amplo, no qual a proposta de educação



**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA**

pensada é aquela que promova mudanças e ajude o povo a construir uma sociedade mais justa.

Nessa vertente de discussão, por volta de 1990, se intensificou o número de debates, seminários e pesquisas que buscavam consolidar um projeto de educação que envolvesse os sujeitos do campo e suas especificidades. Nesse cenário, vale ressaltar a mudança do termo “educação do campo” ao invés de “educação rural” e, não é apenas uma mudança na nomenclatura, envolve uma mudança de concepção.

Na concepção de Fernandes e Molina (2004, p.41): “enquanto a Educação Rural é um projeto externo ao campesinato, a Educação do Campo nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios”. Assim sendo, a educação rural se configura como uma proposta elaborada no meio urbano para o meio rural, sem considerar os saberes, os sujeitos e as especificidades rurais, enquanto que a educação do campo assume a coletividade respeitando as diferenças, as diversidades, as individualidades, as vivências e as necessidades dos sujeitos do campo. Desta forma, não é uma proposta para o campo, mas produzida no campo, pelos sujeitos do campo.

Assim, podemos compreender que a educação do campo carregou ao longo do tempo, marcas de lutas e tensões que representam a realidade dos sujeitos que delas fazem parte: homens e mulheres, crianças e jovens, trabalhadores, sujeitos de classes populares, enfim todos aqueles que historicamente foram e são marginalizados e/ou excluídos. Arroyo (2012, p. 26) ressalta que esse grupo é formado por “[...] coletivos sociais, de gêneros, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam sujeitos de direitos. Outros sujeitos”.

## **Resultados e Discussões**

No intuito de analisar as condições do trabalho docente e os desafios enfrentados pela gestão do colégio Municipal Edvaldo Boaventura – CMEB, fez-se necessário aplicar um questionário com duas professoras dessa unidade escolar mais o diretor e a



**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA**

coordenadora pedagógica para conhecer a realidade que desses profissionais que se encontram diante do sistema imposto na atualidade.

Nessa vertente de discussão, o questionário permite um melhor esclarecimento de como a educação do CMEB se encerra e a partir daí, levantar análises e um diagnóstico mais preciso do trabalho que vinha sendo realizado nessa unidade escolar que está situado em uma escola do campo do município de Riacho De Santana, Bahia.

Diante da realidade que vivemos em pleno século XXI, explicita a sua rotina de trabalho na sala de aula no Colégio Municipal Edivaldo Boaventura - CMEB. O Projeto político pedagógico é discutido nessa instituição?

Resposta da (Professora A, 2019),

Sou professora nesta instituição há 15 anos, leciono as disciplinas de Arte, Religião, Eixo temático e Língua Portuguesa, mas o foco mesmo é Língua Portuguesa. O meu trabalho é bastante diversificado, procuro estar sempre atualizada e acompanhando as mudanças que a educação exige, como o público é de adolescente, é preciso buscar metodologias que venham atender as suas necessidades cognitivas e ao mesmo tempo despertar o interesse. Quanto ao PPP, no momento estamos em reconstrução.

Ao questionar a (Professora B, 2019), sobre as condições de trabalho das escolas do campo em comparação com a da cidade do município de Riacho de Santana, Bahia, ela responde o seguinte:

As Condições das escolas do campo são muito precárias. A prática pedagógica em si não é voltada para aquele contexto, ocasionando nos alunos uma formação que não serve nem para o campo tampouco para a cidade. Em algumas escolas a quantidade de alunos também interfere no ensino, pois há escolas com poucos alunos na qual acaba muitas vezes trabalhando com turmas multisseriadas. Na qual é preciso que se trabalhe diversos conteúdos com vários níveis de alfabetização. Há também escolas com excesso de alunos em uma única sala, fazendo o professor dedicar mais em uns de quer em outros.

Em alguns aspectos as condições de trabalho dos professores e direção do CMEB são iguais as da cidade. A diferença é que o acesso as escolas das zonas rurais são precárias, as vezes não é possível encontrar alguns materiais com facilidade como na zona urbana. Poucos, livros paradidáticos e mesmo os livros didáticos as vezes não tem o suficiente. (Professora B, 2019).

Ao questionar a direção e os docentes se há desvalorização profissional no município na questão salarial como em condições de trabalho? Se sim, de que maneira? Afirmaram o seguinte:



## A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

V Seminário Interdisciplinar  
de Ensino, Extensão e Pesquisa

28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA

Sim, pois os governantes não paga os seus profissionais como devia pagar e as vezes cobrar dos mesmos sem retribuir a ajuda financeira que os profissionais deve ter ou seja os seus direitos na qual não e retribuído. (Professora B, 2019).

Sim, os professores do Reda são todos com nível superior e não recebem pelo nível estabelecido. Há vários cargos de confiança da mesma função (principalmente de mestrado e doutorado) que não recebem pelo grau acadêmico. Os planos de carreira do município não atende os anseios e as necessidades dos docentes e cargos de confiança. Essa desvalorização profissional, desestimula a continuidade nos estudos. (Diretor CMEB, 2019).

Em relação à valorização profissional o município tem deixado a desejar, não temos reajuste salarial há anos, além da defasagem do plano de carreira. (Professora A, 2019).

Buscando compreender o trabalho docente no CMEB, ao perguntar os professores/as o posicionamento se existe(m) fator(es) que influencia(m) na boa ou má qualidade do trabalho pedagógico na escola do CMEB? Afirmaram a seguinte análise,

Sim. A qualidade do trabalho pedagógico, não depende só da coordenação, outros fatores também estão envolvidos, como a formação dos professores, a relação professor /aluno, professor/gestão, escola/comunidade, além do trabalho em equipe e o comprometimento de todos os profissionais que atuam na escola. Esse conjunto de coisas torna a escola um ambiente propício à aprendizagem. (Professora A, 2019).

Sim, pois os governantes não paga os seus profissionais como devia pagar e as vezes cobrar dos mesmos sem retribuir a ajuda financeira que os profissionais deve ter ou seja os seus direitos na qual não e retribuído. (Professora B, 2019).

Analisando a realidade que se encontra as escolas do campo do município de Riacho de Santana, o que vocês professores entendem no que tem que ser feito para melhorar o desempenho dos alunos e as atividades pedagógicas no CMEB? Percebe diferença as propostas do PPP para as da cidade? Responderam o seguinte:

Acredito que não só o CMEB, mas a educação como um todo precisa de mais investimentos, de valorização profissional de formação continuada, de apoio e comprometimento das famílias e de alinhar o trabalho pedagógico ao mundo tecnológico para que o aluno não precise contrastar a escola e a vida lá fora. Todos esses fatores fariam com que os resultados não só externos como também internos melhorassem bastante.

Em relação ao PPP das outras escolas, não tenho conhecimento. (Professora A, 2019).

A distância das casas de alguns alunos, até a escola, propulsiona uma má qualidade de trabalho, pois alguns alunos levantam muito cedo, na qual faz ir à escola sem se alimentar, acarretando o desinteresse pela escola.

A falta de apoio da família é outro ponto que ajuda na má qualidade de trabalho. Tudo isso dificulta o trabalho dos professores. (Professora B, 2019).

Ao investigar a coordenadora pedagógica do CMEB sobre o processo de ensino e aprendizagem no campo, e como é adotado o currículo nessa unidade escolar, posicionou na seguinte vertente:





**A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?**

**V** Seminário Interdisciplinar  
de Ensino, Extensão e Pesquisa

**28 a 30 de agosto de 2019**  
**UNEB - Caetité, BA**

O ideal seria um currículo próprio para a escola do campo e com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, poderá acontecer esse currículo diversificado. (Coordenadora Pedagógica CMEB, 2019).

Em relação a qualificação dos docentes do CMEB, qual a sua análise? Veja a afirmação da Coordenadora Pedagógica,

A qualificação dos profissionais por área tem contribuído por uma boa qualidade do ensino, mas é preciso maior investimento em formação continuada para atualização profissional. (Coordenadora Pedagógica CMEB, 2019).

Diante das falas do diretor, da coordenadora pedagógica e das docentes da unidade escolar CMEB, percebemos que ainda falta muito para ter uma educação de qualidade. Diante desse retrocesso no ensino educacional, o que nos resta é: resistir, ocupar espaços e manter as lutas por uma educação de campo de igualdade humanizadora e laica. Ainda há muito o que fazer pelo poder público e a comunidade em geral para melhorar o ensino e aprendizagem das escolas do campo. Percebe-se na pesquisa realizada a falta de recursos pedagógicos, salários baixos, alunos desestimulados, infraestrutura ruim, desvalorização profissional, carga horária excedida, dentre outros problemas no CMEB.

## **Considerações finais**

A partir dos questionamentos levantados e dos dados coletados, percebemos uma educação do campo ainda do atraso e poucas políticas públicas inseridas para o processo de ensino e aprendizagem. Assim, faz-se necessário pensar numa educação contínua na formação dos professores com um viés para o campo, na perspectiva da construção e do conhecimento pedagógico de um novo perfil de educador que leve em consideração na sua prática a realidade do campo, os saberes constituídos no cotidiano rural.

Entretanto, a formação de gestores e professores organizada e pensada dentro de diretrizes nacionais com um corpo de disciplinas e conteúdos distantes das discussões recentes da educação do campo. É preciso refletir sobre os conteúdos que estão



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

V Seminário Interdisciplinar  
de Ensino, Extensão e Pesquisa

28 a 30 de agosto de 2019  
UNEB - Caetité, BA

relacionados com as práticas do campo, bem como sobre a metodologia que o professor vai desenvolver para as atividades relacionadas a ação pedagógica cotidiana do campo.

Formar gestores e professores nessa perspectiva envolve muito mais do que o conhecimento dos conteúdos necessários à prática educativa, mas sim, a relação desses com o espaço rural, os saberes, e a forma de vida da população que constrói a sua existência e se constitui enquanto sujeitos de ação.

## Referências

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

CALDART, R. S. **Educação do campo**. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALAZANS, J.; CASTRO, L. F.; SILVA, H. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. (Orgs). **Educação Rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (p. 161-198).

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, S. F. de; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, M. C.; FERNANDES, B. M. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo**, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.